



Handwritten signature in blue ink, possibly 'Francisco Branco'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ - 2024

----- Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelas dezassete horas e trinta e sete minutos, no Auditório Manuel Faria da Casa da Cultura de Alfândega da Fé, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no n.º 1 do artº 16º do Regimento da Assembleia Municipal, presidida pelo Deputado Carlos Alberto Silva Brás, tendo como primeira e segunda secretárias, Carla Maria Bravo Franco e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, iniciou a sessão, cumprimentando todos os presentes, o Executivo Municipal, os funcionários de apoio da Câmara Municipal, os membros da Assembleia, bem como os presidentes de junta e união de freguesias e o público que acompanha esta sessão através da página do *Facebook* do Município. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à segunda secretária para proceder à chamada dos Senhores Deputados Municipais, pela ordem da lista de membros que constituem a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé no quadriénio de 2021/2025. -----

----- Assim, da **bancada do PS – Partido Socialista** registaram-se as presenças dos seguintes membros: -----

----- Carlos Alberto Silva Brás; Orlando Alberto Morais Borges; Carla Maria Bravo Franco; Carlos Manuel Gomes Alendouro; Inês Alexandra Carvalho Herdeiro; Helena Sofia Pantaleão Lisboa, em substituição de Maria João Rei Martins, António Manuel Aires Correia e Domitila de Fátima Morais Branco -----

----- Estiveram representadas as **Juntas de Freguesia do PS - Partido Socialista**, da UNIÃO DE FREGUESIAS DE AGROBOM, SALDONHA E VALPEREIRO, pelo seu Presidente, Eduardo Manuel Morais Almendra; da FREGUESIA DE ALFÂNDEGA DA FÉ, pelo representante da sua Presidente, Nuno Miguel Carlos Camelo; da FREGUESIA DE CEREJAIS, pelo seu Presidente, Virgílio Alberto Vaz Amaro, da UNIÃO DE FREGUESIAS DE FERRADOSA E SENDIM DA SERRA, pelo seu Presidente, Pedro Ricardo Realista Carvalho; da UNIÃO DE FREGUESIAS DE GEBELIM E SOEIMA, pelo seu Presidente, Hélio José Madureira Aires; da UNIÃO DE FREGUESIAS DE PARADA E SENDIM DA RIBEIRA, pela sua Presidente, Ana Maria Ribeiro Pereira; da UNIÃO DE FREGUESIAS DE POMBAL E VALES, pelo seu Presidente, Diamantino Mário Soeiro Lopes; da FREGUESIA DE VILARELHOS, pelo representante da sua Presidente, Hélder Francisco Pousada. -----

----- Da **bancada da Coligação PPD-PSD/CDS-PP - Acreditar em Alfândega da Fé** registaram-se as presenças dos seguintes membros: -----

----- Clara da Conceição Sousa Alves, Mário Manuel Neves Bebiano, convocado na sequência do pedido de substituição de Bruno Henrique Simões Veríssimo, por se encontrar posicionado no lugar imediatamente a seguir na ordem da lista da Coligação PPD/PSD-CDS/PP – Acreditar em Alfândega da Fé, apresentada nas eleições autárquicas realizadas em 26 de setembro de 2021, Daniel Guedes dos Santos Martins, Ivanete Solange Carona Escobar e Carlos Manuel Reboredo Almendra. -----

----- Estiveram representadas as **Juntas de Freguesia da Coligação PPD-PSD/CDS-PP - Acreditar em Alfândega da Fé**, da UNIÃO DE FREGUESIAS DE EUCÍSIA, GOUVEIA E VALVERDE, pelo seu Presidente, Pedro Miguel Carpinteiro Bravo e da FREGUESIA DE VILARES DA VILARIÇA, pelo seu Presidente, José Alberto Vilares Reis. -----

----- Verificou-se a ausência, na **bancada da Coligação PPD-PSD/CDS-PP - Acreditar em Alfândega da Fé**, do senhor Diogo José Carpinteiro Bravo, que não justificou a sua falta, convocado na sequência do pedido de substituição do Deputado Carlos Manuel Simões Martins. Verificou-se ainda a ausência, na mesma bancada, da Deputada Isabel Maria

S.



R.

[Handwritten signatures]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Cordeiro Lamas, convocada na sequência do pedido de substituição do Deputado Bruno Miguel Rebouta Rachado, tendo justificado a sua falta posteriormente. -----

----- Esteve representada a JUNTA DE FREGUESIA DE SAMBADE, pela Tesoureira, Maria Manuela Gonçalves Pereira Fernandes. -----

----- A JUNTA DE FREGUESIA DE VILARCHÃO, foi representada pela sua presidente, Otelinda Sofia Pereira Jacinto. --

----- Assim, verificaram-se vinte e cinco presenças e duas ausências. -----

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia, abordou a questão das faltas e da justificação que têm vindo a ser dadas às mesmas. Sensibilizou todos os presentes para quando tivessem necessidade de faltar não a justifiquem com "motivos pessoais", pois esse motivo é muito vago e para além disso, os motivos das faltas são todos pessoais. Pediu, por isso, que houvesse um pouco mais de rigor e que apresentem uma justificação mais detalhada para que de facto essa falta possa ser considerada justificada. Deu, de seguida, continuidade aos trabalhos, com a seguinte ordem do dia: -----

----- **1. Período Preliminar ao Período Antes da Ordem do Dia (nº 1 e 2 do artº 24º e artº 38º do Regimento):** -----

----- a) *Informações gerais e expediente;* -----

----- b) *Aprovação das atas das sessões anteriores (Sessões ordinária e extraordinária do dia 25-04-2024 e ordinária do dia 30-09-2024);* -----

----- **2. Período Antes da Ordem do Dia (artº 24º e 38º do Regimento);** -----

----- **3. Período da Ordem do Dia (artº 25º e 39º do Regimento):** -----

----- a) *Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade e da situação financeira do Município, de acordo com o n.º 2, alínea c), do Art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;* -----

----- b) *Moção "Ligação Aérea: Bragança-Portimão - para CONHECIMENTO;* -----

----- c) *Relatório de Monitorização do Plano de Ajustamento Municipal a 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 29.º, da lei nº 53/2014, de 25/08, conjugado com o Anexo I do Contrato PAM 2ª Revisão extraordinária - para CONHECIMENTO;* -----

----- d) *Relatório de Atividades, Orçamento Municipal de GOP's para o ano de 2025 e Plano Orçamental Plurianual 2025-2029. Autorizações relativas à execução orçamental:* -----

----- i. *Autorização para a Câmara assumir compromissos que resultem encargos financeiros repartidos, por vários anos económicos, em conformidade com as opções do plano – para APROVAÇÃO;* -----

----- ii. *Orçamento e GOP's para 2025 – para APROVAÇÃO;* -----

----- iii. *Montantes totais das receitas e despesas por natureza económica – para APROVAÇÃO;* -----

----- iv. *Parecer prévio aos documentos previsionais para o ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), emitido pelo FAM – Fundo de Apoio Municipal – complemento à alínea d);* -----

----- e) *Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais (para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do art.º 6 da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, e do artigo º 12 do Decreto-Lei nº 127/12, de 21 de junho) – para APROVAÇÃO;* -----

----- f) *Normas de Execução do Orçamento para 2025 – para APROVAÇÃO;* -----

----- g) *Autorização para Contrair Empréstimo de Curto Prazo durante o ano de 2025 - nos termos do artigo n.º 50 da Lei n.º 73/2013 de 3/9 – para APROVAÇÃO;* -----

----- h) *Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida - para CONHECIMENTO;* -----

----- i) *Proposta de Modificações aos Documentos Previsionais de 2024 – 19ª Alteração – 3.ª Alteração Modificativa do Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano de 2024 -2029 – para APROVAÇÃO;* -----

----- j) *Regulamento Interno dos Serviços Municipais e Estrutura Orgânica 2025 – para APROVAÇÃO;* -----

----- k) *Proposta de Mapa de Pessoal do Município de Alfândega da Fé para o ano de 2025 - para APROVAÇÃO.* -----



Stano
D. Lopes

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- 4. Período de Intervenção do Público (artº 22º e 41º do Regimento) -----

----- Verificou-se, neste momento, a saída do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilares da Vilariça, por motivos desconhecidos. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto: -----

----- 1. Período Preliminar à entrada do Período Antes da Ordem do Dia (nº 1 e 2 do artº 24º e artº 38º do Regimento) -----

----- a) Informações gerais e expediente: -----

----- Neste ponto o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, informou que tinha dado entrada uma comunicação da Associação Nacional de Assembleias Municipais, bem como uma publicação, que mostrou a todos os presentes. Informou que também entrou nos serviços uma moção aprovada pela Assembleia Municipal de Mogadouro, sobre os impostos da Venda das Barragens. Foi ainda registada a entrada de outra Moção, que inclusivamente constava num dos pontos da Ordem do Dia desta sessão, sobre a ligação aérea Bragança-Portimão, para conhecimento. Esclareceu que qualquer uma destas comunicações estará disponível nos serviços municipais para as poderem consultar se assim o entenderem. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao sub-ponto: -----

----- b) Aprovação das atas das sessões anteriores (Sessões ordinária e extraordinária do dia 25-04-2024 e ordinária do dia 30-09-2024). -----

----- Informou que estavam presentes as atas das sessões ordinária e extraordinária do dia vinte e cinco de abril e a ordinária do dia trinta de setembro, as três do ano de dois mil e vinte e quatro, que tinham sido antecipadamente enviadas a todos os membros da Assembleia. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém pretendia intervir ou pedir algum esclarecimento relativamente a alguma destas atas. Não havendo inscrições para intervir, passaram à votação de todas em conjunto, tendo as mesmas sido, aprovadas, por **UNANIMIDADE**, dos membros presentes. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte. -----

----- 2. Período Antes da Ordem do Dia (artº 24º e 38º do Regimento) -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, perguntou aos Senhores Deputados quem se pretendia inscrever para intervir, tendo-se verificado as inscrições dos Senhores Deputados Municipais Orlando Borges, Daniel Martins e Diamantino Mário Lopes. -----

----- Começou por usar da palavra o Senhor Deputado Municipal, **Orlando Borges**. Iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Disse que aproveitava, desde já, para desejar a todos um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo, pois não sabia se iria ter outra oportunidade para o fazer. Continuando, disse que o motivo da sua intervenção era porque durante a corrente semana a Comunicação Social tinha feito diversas notícias sobre os impostos das Barragens e que se tratava de um assunto que dizia respeito a todos e que já se arrastava há algum tempo. Entretanto, disse que alguns Municípios tiveram a sua bandeira a meia haste, pedindo depois ao Senhor Presidente da Câmara que os informasse acerca deste assunto e sobre tudo o que está a acontecer. Para além disso pediu também que os informasse se já algum imposto liquidado, se já se recebeu algum imposto que já tinha sido liquidado, ou seja, pretendem saber qual o ponto da situação da cobrança destes impostos, mais concretamente do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, pois pelo que sabem a Autoridade Tributária já deu indicação para que fosse cobrado. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Deputado Daniel Martins, dizendo-lhe que poderia intervir do seu lugar, pois neste momento já têm microfone para o poder fazer. -----

----- O Senhor Deputado **Daniel Martins** interveio do seu lugar, começando por cumprimentar todos os presentes e aproveitou também para desejar a todos umas festas felizes e quentinhas. Continuando, referiu-se a um troço do caminho municipal, localizado no Alto da Fontes, que recentemente, sofreu obras no âmbito da instalação de condutas de rega. Explicou que esse troço já não estava muito bom, pois tinha alguns buracos e que agora estava um autêntico caminho e

S.



R.

[Handwritten signatures in blue ink]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

com as chuvas ficou muito enlameado. Pediu informações acerca da possibilidade de ser melhorado, pois percebeu numa reunião de câmara que algumas estradas do Concelho iriam ser melhoradas e uma vez que se trata de um caminho/estrada que tem algum uso e está bastante deteriorada, merecia ser arranjada, lembrando que também já tinha feito um pedido de limpeza e arranjo da mesma à Associação de Regantes, de forma a se tornar mais transitável. De seguida, o Senhor Deputado Daniel Martins disse que também tinha uma proposta a fazer no âmbito da obra da 2ª fase de ampliação e reconstrução da Zona Industrial, que era a colocação de uma balança que poderia servir imensos agentes económicos, como agricultores, para pesagem de azeitona, amêndoa, cortiça, cereja, castanha, ou seja, todos os produtos do nosso Concelho, permitindo assim, ter mais facilidade em pesar os seus bens e saber as quantidades que produziu. Continuando, abordou a questão da atual iluminação de Natal do Jardim Municipal e perguntou se, no caso de uma Câmara Municipal, como a nossa, altamente endividada, fazia sentido ter uma iluminação de Natal com esta dimensão, porque entende que se podem fazer coisas bonitas com menor dimensão. Perguntou também quanto é que esta iluminação custava ao Município, quer no que diz respeito ao aluguer do equipamento da iluminação, quer ao consumo de energia. Disse depois que, na sua opinião, este tipo de decorações não aumentava o turismo do Concelho e entende que se poderia fazer uma coisa mais simples e bonita. Continuando, referiu-se ao Lagar D'El Rei, no sentido de saber o que se previa daqui em diante. Relativamente à intervenção que vai ser feita na Zona Industrial, também pretendia saber se nesta segunda fase das obras, já será feita uma intervenção nas lombas existentes na Avenida. Para além disso, também quis saber quais eram as garantias da construção da praia fluvial do Santo Antão da Barca. Referiu-se depois ao controlo da vespa asiática, pois percebeu que a Proteção Civil não tem todos os meios para erradicar os ninhos, mais precisamente os que se encontram mais altos. -----

----- Seguidamente, foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales, **Diamantino Mário Lopes**, pois quis aproveitar o facto do Senhor Deputado Daniel Martins falar sobre a vespa asiática para agradecer a todos os Presidentes de Junta porque tinha sido solicitado um apoio a cada um deles para aquisição de um equipamento que permite destruir os ninhos da vespa asiática que se encontram mais altos. Informou que esse equipamento já se encontrava nas instalações dos Bombeiros Voluntários. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara para poder responder às questões apresentadas pelos Senhores Deputados. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, começou por cumprimentar todos os presentes. Começou por responder às questões levantadas pelo Senhor Deputado Orlando Borges e, relativamente às questões dos impostos municipais, disse que havia alguns desenvolvimentos importantes, ou seja, tem vindo a realizar algum trabalho junto do Governo e da Autoridade Tributária para conseguirem esta importante conquista para os nossos territórios, relativamente ao IMI e à Derrama, nomeadamente onde estão implementados projetos de energias renováveis e o resultado das diversas reuniões feitas ao longo do ano estava agora a dar os seus frutos. Disse depois que a informação que tinha era que a AT-Autoridade Tributária já tinha liquidado o IMI das barragens que foram reavaliadas e que, até ao final do corrente ano, irá notificar os concessionários para procederem ao respetivo pagamento. Explicou que o que poderá acontecer é que estas concessionárias impugnem, mas seria bom que isso não acontecesse, na medida em que a opinião pública é que estas empresas devem pagar os impostos nos respetivos territórios e, por isso o IMI relativo às duas Barragens do Baixo Sabor já estava liquidado. Informou também que Alfândega da Fé tem um valor alocado pela área que ocupa nessa albufeira e que estão a trabalhar para dar ainda mais sustentação a esta decisão da AT para liquidar este imposto, isto é, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Secção de Municípios com Energias Renováveis estão a elaborar uma proposta, junto da Assembleia da República, onde Alfândega da Fé era Vice-Presidente. Realçou também o trabalho que o nosso Presidente da Assembleia e também Deputado na Assembleia da República, Dr. Carlos Brás, estava a fazer nesta matéria e por isso a expectativa é que no início do ano, no âmbito parlamentar, esta proposta possa dar passos para que se possam promover as alterações legislativas, uma vez que vêm dar ainda mais sustentabilidade a esta posição que agora a AT estava a tomar relativamente aos Impostos Municipais nas barragens, eólicas e fotovoltaicos. Quanto ao negócio das



S
D
D

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Barragens e ao facto da bandeira estar a meia haste, o Senhor Presidente da Câmara explicou que decidiram associar-se a alguns municípios da nossa região, para assinalar os quatro anos do negócio da venda das barragens ao grupo Engi, no valor de dois vírgula dois mil milhões de euros e continuar a manifestar a insatisfação de todos e continuarem a assinalar este negócio que, no entender deles, foi um negócio fraudulento, uma fuga ao fisco e ao pagamento de importantes impostos municipais e do estado que podiam ter ficado no território e isso não aconteceu. Contudo, a expectativa que tem é que brevemente haverá novidades nesta matéria. Informou depois que os dez municípios, através do Movimento das Terras de Miranda e também dos advogados que estão envolvidos, não vão desistir desta luta e vão continuar a trabalhar por estes impostos que são do nosso território e das nossas populações. Aproveitou ainda para dizer que este trabalho não ficou apenas pelas barragens, mas também envolve as eólicas que temos no nosso território, nomeadamente as que estão situadas na Serra de Bornes, no sentido do valor de uma parte da Derrama vir também para Alfândega da Fé. Informou depois que a AT já aceitou a petição que Alfândega da Fé e Macedo de Cavaleiros fizeram e acreditam que brevemente irá ser aplicado o IMI nas eólicas da Serra de Bornes e uma parte virá também para o nosso Município. Relativamente à Derrama das Barragens, o Senhor Presidente da Câmara informou que Alfândega da Fé, em 2024 (dois mil e vinte e quatro) já recebeu a quota-parte desse imposto relativamente às Barragens do Baixo Sabor e que foi um passo importante que deram e continuarão a pugnar no sentido destes impostos virem para o nosso território. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, esclareceu as questões apresentadas pelo Senhor Deputado Daniel Martins. Disse que desconhecia a situação da primeira questão apresentada, relativamente ao troço de estrada no Alto das Fontes, mas que o Senhor Vereador, entretanto, informou-o que, efetivamente, tinha havido duas intervenções nesse local, tendo a primeira sido para levar a água para a aldeia de Cerejais e depois disso o troço foi reparado, mas com o início das obras da instalação da telegestão no regadio de Alfândega da Fé, voltou a fazer-se intervenção nesse troço e essa situação ainda não foi resolvida, mas brevemente será, pois esses trabalhos estão planificados para o início do ano. Relativamente à sugestão de colocar uma balança na Zona Industrial, o Senhor Presidente da Câmara disse que essa questão já tinha sido levantada anteriormente e inclusivamente também já tinha sido discutida em sede de reunião de câmara e, efetivamente, poderá vir a ser instalada uma balança na Zona Industrial e, inclusive, já tinham visto o espaço onde ela poderá ser colocada. No entanto, vão ver se terão disponibilidade financeira no próximo ano para isso. O Senhor Presidente da Câmara frisou que a situação não estava esquecida e que ficava o compromisso para irem ao encontro dessa necessidade. De seguida, relativamente à questão da iluminação de Natal, o Senhor Presidente da Câmara, disse que, respeitando a opinião do Senhor Deputado Daniel Martins, Alfândega da Fé investiu na Aldeia Natal e na sua iluminação porque entendem ser uma mais-valia para a população em geral e para o comércio local. Informou que o investimento que o nosso Município fez era bastante prudente, ou seja, esta iluminação teve um custo de cerca de oito mil euros e não valores grandes como se gasta em festas de Natal nos Municípios vizinhos. Para além disso, tem um programa de vários fins-de-semana, onde envolvem a Comunidade, como as Instituições, Associações e os grupos culturais, que muito orgulho dão à nossa Terra, pois enriquecem muito estes fins-de-semana. Disse ainda que no ano anterior tinham sido muito criticados porque foi um ano muito difícil e tiveram que fazer uma redução desta iluminação e este ano voltaram a colocar iluminação na Igreja Matriz, Adro da Igreja, Torre do Relógio, Mercado Municipal, no Jardim Municipal, onde também estão trabalhos da Comunidade Escolar. Disse que é um trabalho exemplar, feito com pouco dinheiro e em partilha com a nossa Comunidade, disse. Depois referiu que relativamente à questão das obras que o Senhor Deputado Daniel Martins questionou, irá dar esses esclarecimentos quando passarem para o ponto da ordem do dia referente à "Informação do Senhor Presidente". -----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara pediu para propor um Voto de Pesar, em nome do Executivo Municipal, que a seguir se transcreve: -----

----- **"Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Orlando Vaqueiro, ex. diretor do Centro Distrital da ISS de Bragança**
----- **O Executivo Municipal propõe um Voto de Pesar pelo falecimento do cidadão Orlando Seixas Vaqueiro que faleceu no passado domingo, dia 15 de dezembro, de forma prematura aos 58 anos.** -----

S.



R.

[Handwritten signature in blue ink]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Dr. Orlando Vaqueiro, licenciado em direito, como assim era conhecido por todos nós, foi diretor do Centro Distrital do ISS de Bragança de 2020 a 2024, e era natural de Ilnes, concelho de Miranda do Douro. -----

----- Neste momento de dor para todos, especialmente para aqueles que privaram e trabalharam com ele, salientamos a forma abnegada, frontal e amiga como sempre tratou os assuntos ligados ao Instituto da Segurança Social de Bragança, nomeadamente das autarquias, das nossas IPSS's e das pessoas. Foi um verdadeiro parceiro no território com o qual tivemos o privilégio de trabalhar e construir soluções e alternativas, sempre com as pessoas ao centro. -----

----- Destacamos o papel que o Dr. Orlando Vaqueiro teve nalguns processos com impacto importante no nosso concelho: -----

----- o papel interventivo e ativo no período da Covid, junto das nossas IPSS's e autarquias; -----

----- foi um mediador preocupado e atento do processo de descentralização das competências da Segurança Social, junto das autarquias; -----

----- foi um solucionador e desbloqueador de dificuldades, nomeadamente para encontrarmos uma solução para a falta de vagas na nossa creche do Infantário da Santa Casa da Misericórdia de Alfândega da Fé. Foi com o Dr. Orlando Vaqueiro que conseguimos aumentar o número de vagas na nossa creche e ter um projeto aprovado no âmbito do PRR para podermos realizar obras no Infantário, que aliás, estão neste momento a decorrer. -----

----- É com um enorme sentimento de perda e consternação, mas, com penhorada gratidão, que propomos a votação deste Voto de Pesar a esta Assembleia Municipal para apresentarmos à sua família, especialmente à sua esposa e filhos." -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Pesar à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos 24 (vinte e quatro) membros presentes, aprová-lo e enviá-lo, posteriormente à sua família. De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs um minuto de silêncio, a este propósito, tendo sido cumprido. -----

----- Por fim, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, deu por encerrado o período antes da ordem do dia e passou depois à leitura do ponto três, que é o Período da Ordem do Dia: -----

----- **3. Período da Ordem do Dia (artº 25º e 39º do Regimento)** -----

----- Uma vez que se ausentou durante o período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilares da Vilarça, foi considerada a sua ausência, embora justificada posteriormente, a partir do início da ordem do dia, uma vez que não participou em nenhuma das votações. -----

----- **a) INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA C), DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, que, por sua vez, remeteu para a informação, datada de dezassete de dezembro de dois mil e vinte e quatro, previamente enviada a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. Disse que como é habitual, trazem este documento com o resumo da atividade do Município, sendo que nesta altura do ano terá um caráter de relatório final anual, pois remete para toda a atividade realizada ao longo do ano. Destacou alguns aspetos, nomeadamente da Divisão de Urbanismo e Território, o facto de estarem praticamente na fase final da Revisão do nosso Plano Diretor Municipal, informando que de facto, a última reunião da Comissão Consultiva tinha acontecido no dia 25 (vinte e cinco) de novembro, conforme tinha referido na sessão da Assembleia de setembro. Explicou que tiveram um parecer genérico global de todas as entidades em sentido favorável, com algumas considerações, recomendações e sugestões, quer no relatório, quer nalgumas plantas. Informou que este trabalho estava a ser feito e vai ser feito, mas que não irão acatar todas as recomendações, pois entendem que algumas não faziam sentido. Disse depois que pretendem levar à próxima reunião de câmara, no início de janeiro, o documento final da aprovação para depois iniciar o período de discussão pública, que terá a duração de trinta dias úteis. Espera conseguir trazer este assunto à Assembleia Municipal de fevereiro. Esclareceu depois que brevemente este documento irá nortear a nossa política em termos de Urbanismo. Continuando, referiu-se à Divisão Económica, Cidadania, Animação e Juventude,

S.



R.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

remetendo para o relatório que estava na parte final da informação, onde consta um resumo de toda a atividade anual desta Divisão e, caso os senhores deputados tenham alguma dúvida, podem sempre colocá-la. No que diz respeito à Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos disse que nesta informação constam os dados gerais da sua atividade, designadamente, os parâmetros da qualidade da água e tratamento do saneamento, bem como da recolha de resíduos, do ambiente e a informação relativa aos espaços verdes. O Senhor Presidente da Câmara deu depois nota de que, pela segunda vez, vinha o relatório relativamente ao acompanhamento da construção da Barragem de Gebelim, com registos fotográficos onde se podia ver a evolução desta obra, embora com algum atraso, mas já tinha uma faturação na ordem dos dois, vírgula, dois milhões de euros, que representam cerca de 17% (dezassete por cento) desta empreitada. Relativamente à Divisão de Obras e Planeamento, do resumo da sua atividade que consta no documento, destacou o importante apoio que deram às freguesias e às entidades, através da administração direta. Destacou ainda o apoio que têm dado no Programa do 1º Direito, dizendo que houve uma evolução favorável dos pedidos de pagamento que estavam bastante atrasados no IRHU, relativamente aos beneficiários diretos. Explicou depois que este trabalho tem vindo a ser feito com o nosso apoio técnico, junto do IRHU e as boas notícias das últimas semanas é que têm entrado nas contas dos nossos beneficiários os pedidos de pagamento. O Senhor Presidente da Câmara deu ainda nota do grande trabalho que está a ser feito, com o lançamento de novas candidaturas já para o PT2030, pois têm uma data limite para poderem submeter algumas dessas candidaturas que é dia trinta de dezembro. No entanto, informou que esse período será alargado para final de fevereiro e final de março, que permitirá aliviar um pouco e realizar mais algumas candidaturas. Para além disso, informou que durante o mês de novembro, lançaram mais empreitadas a concurso e que o prazo para entrega de propostas estavam a decorrer, nomeadamente, no âmbito do Fundo Ambiental, uma empreitada no valor de cerca de um vírgula dois milhões de euros, para a reabilitação de algumas estradas municipais no nosso Concelho, mais concretamente da estrada que vai da Gouveia até ao limite do Concelho em direção a Torre de Moncorvo, da estrada que liga Alfândega da Fé ao Pombal, da entrada de Valverde e do Castelo e toda a marcação rodoviária de linhas do Concelho e de passadeiras na sede do Concelho e espera que haja propostas válidas para esta empreitada e que a entrega das mesmas terminará no próximo dia vinte e oito. Continuando, disse que a par desta empreitada está também a decorrer o prazo para entrega de propostas da Zona de Fruição Fluvial. Relativamente a este concurso deu nota que esta obra já tinha sido adjudicada em setembro e estiveram a aguardar a entrega da documentação por parte do empreiteiro, mas infelizmente não a entregou e acabou por abandonar a obra. Explicou que esta obra está com algum atraso, pois tiveram de abrir um novo concurso, cujo prazo de entrega de propostas termina dia vinte e oito de dezembro. Disse ainda que o outro concurso que está a decorrer, é o da segunda fase da Zona Industrial, uma empreitada no valor de cerca de quatrocentos mil euros. Explicou que relativamente a esta empreitada, foi necessário proceder a uma revisão dos preços e também à inclusão de um novo PT elétrico, porque o projeto inicial previa o fornecimento de energia pelo PT existente, mas como tem havido aumento de potências de várias unidades empresariais, já instaladas na Zona Industrial, foi necessário incluir a construção de um novo PT para fornecer a energia elétrica aos novos lotes. Informou que o prazo de entrega de propostas desta empreitada também ia até ao final do ano. Assim sendo, disse que estão a decorrer três concursos, no valor total de dois vírgula cinco milhões de euros e que espera venham a ter propostas válidas para todos eles para poderem iniciar as obras logo no início do ano. Continuando, o Senhor Presidente da Câmara disse que, relativamente à empreitada do Lagar D'El Rei, informou na última Assembleia Municipal, que tinham notificado o anterior empreiteiro no sentido de terminarem a obra até final de setembro e apenas receberam uma carta da advogada, nos últimos dias do prazo que deram, a refutar uma série de questões e que, obviamente, entenderam que não havia mais condições para protelarem o encerramento desta obra, pois têm compromissos e responsabilidades financeiras e a obra tem de terminar até abril do próximo ano e por isso decidiram fazer posse administrativa desta obra, que foi aprovada em reunião de câmara. Disse que agora estão a preparar o caderno de encargos, em conjunto com algumas empresas, uma vez que é um processo simples, pois trata-se de um valor para concluir a obra, de cerca de cem mil euros. Espera em breve poder levar o procedimento a reunião de câmara para poderem recomeçar esta obra e poderem concluí-la até março para poder ser inaugurada no dia do Feriado Municipal, ou

S.



R.

Handwritten signature in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

seja, dia oito de maio. Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara informou que foram inauguradas duas obras importantes. Uma foi a Reabilitação da Mata de Alvazinhos, onde a atividade micológica tem alguma importância e por isso, esta mata foi transformada num Parque Micológico e foi inaugurada em outubro, junto com o Agrupamento de Escolas e agora está ao serviço da Comunidade, para eventos e iniciativas e brevemente terão um trabalho anual de atividades para este Parque, para valorizar a nossa gastronomia e poder atrair visitantes e turistas ao nosso território. A outra obra importante que foi inaugurada foi o Espaço Cowork, no âmbito de uma candidatura da CIM-TTM e financiada pelo PRR. Explicou que este espaço funciona nas antigas instalações onde estava a AICAF – Associação Industrial e Comercial de Alfândega da Fé. Tem excelentes condições para receber jovens, trabalhadores da Função Pública, grupos de trabalho, ações de formação, empresas. Informou que já receberam jovens em Erasmus, tiveram ações de formação, alguns empresários reuniram com clientes e por isso é um espaço com uma mais-valia para o nosso território. Esclareceu que querem que este espaço seja dedicado à economia e que possa vir a ser também uma incubadora de empresas, para a qual já têm um projeto de execução, faltando apenas financiamento para o mesmo. De seguida, o Senhor Presidente da Câmara realçou a presença do nosso Município no I Congresso Mundial de Turismo do Interior, para o qual Alfândega da Fé foi convidada. Decorreu numa cidade histórica de Espanha, em Cáceres e recebeu vários países dos diversos continentes do Mundo, como das Américas do Sul e do Norte, da Ásia, da Europa e da África. Estiveram reunidos durante três dias e puderam apresentar o nosso Concelho, o nosso Turismo, os nossos bons exemplos de investimento no território e também os Lagos do Sabor. Disse que tinha sido uma grande experiência e fizeram uma boa divulgação do nosso território. Para além disso, informou que também retomaram as Presidências Abertas, no sentido de continuar a percorrer as nossas aldeias, estar com as nossas populações e também para levar as reuniões de câmara às diversas freguesias. De seguida, referiu-se à Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, dizendo que neste documento constava informação relativa aos recursos humanos, aos serviços administrativos, Balcão Móvel, Espaço-Cidadão, bem como o ponto de situação de todos os processos judiciais do Município e na parte final um relatório da Qualidade, na sequência de uma auditoria interna que houve e que nos preparou para uma auditoria externa que vai acontecer no próximo mês de janeiro. Por fim, disse que o documento finaliza com a apresentação, por parte da Divisão Financeira, do habitual ponto de situação financeira, realçando alguns aspetos positivos, como o cumprimento da taxa de execução do nosso Orçamento, que este ano estava a correr bem, ao contrário do que aconteceu em anos anteriores. Explicou ainda que estão a reduzir a dívida muito para além dos 10% (dez por cento) que a lei obriga. Informou também que até ao final do ano, com a entrada de mais alguma receita, contam cumprir esta meta que é importante e para além disso, o prazo médio de pagamento a fornecedores também será muito menor. Entretanto, o Senhor Presidente concluiu a sua intervenção dizendo que ficava ao dispor dos membros desta Assembleia para eventuais questões. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as explicações proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara e perguntou se alguém pretendia intervir, não se tendo verificado inscrições. -----

----- A Assembleia Municipal **TOMOU CONHECIMENTO** do teor desta informação. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia passou à leitura do ponto seguinte. -----

----- **b) MOÇÃO "LIGAÇÃO AÉREA: BRAGANÇA-PORTIMÃO - PARA CONHECIMENTO** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, perguntou se alguém se pretendia inscrever para intervir neste ponto, tendo-se verificado a inscrição da Senhora Deputada Municipal, Clara Alves. -----

----- Usou assim da palavra a Senhora Deputada **Clara Alves**, que começou por cumprimentar todos os presentes bem como quem assistia a esta Assembleia Municipal através das redes sociais. Aproveitou para desejar, desde já, um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo e que 2025 (dois mil e vinte e cinco) seja um ano desafiante para todos no bom sentido. Relativamente a esta Moção a Senhora Deputada disse que se viu obrigada a prestar alguns esclarecimentos no que diz respeito a esta matéria, porque, sem dúvida, todos concordam com a necessidade desta ligação aérea e era preciso serem sérios no que dizia respeito à imputação da responsabilidade. Disse que a verdade é que a própria moção mencionava que havia falta de seriedade e responsabilidade no tratamento do tema, e a verdade é que esta ligação está suspensa



[Handwritten signatures in blue ink]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

essencialmente por dois motivos: o primeiro dizia respeito a um impedimento legal pelo atraso no processo concursal, ou seja, o processo tinha sido arrastado e em plena véspera de eleições legislativas, o Governo do Partido Socialista tinha decidido arrastar o processo concursal e atrasá-lo durante dois meses o que impediu o atual Governo de fazer uma prorrogação no âmbito legal daquilo que era o concurso público. O outro motivo foi porque estava em falta o pagamento de dois ponto seis milhões de euros à empresa que prestava o serviço, o que originou a que a ligação não pudesse ser mantida e acessível a todos. Explicou depois que o atual Governo estava empenhado em resolver esta situação o mais rápido possível para que todos possam ter acesso a esta ligação. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção da Senhora Deputada, concedendo depois o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, entretanto, manifestou intenção de intervir. -----

----- Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, dizendo que pretendia dar alguns esclarecimentos relativamente a este assunto. Informou que no dia doze de novembro reunira com o Senhor Ministro das Infraestruturas em Mirandela, aquando da sua visita ao nosso território, tendo este assunto sido abordado. Disse que esta moção vinha para conhecimento e não valia a pena estar a passar culpas a ninguém e que para além disso esta moção foi aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal de Bragança e transcrevia *ipsis verbis* aquela que foi a posição do Presidente de Câmara de Bragança, à época, quando o anterior Governo lançou o concurso para renovação da ligação aérea. Disse depois que o anterior governo tinha estipulado que iria pagar à empresa para manter o serviço enquanto o concurso estava a decorrer. No entanto, o novo Governo entendeu que não iria manter essa forma e estava no seu direito, disse. Informou depois que o Senhor Ministro assumiu que iria a tratar do assunto e que até ao final deste ano iria ter o assunto resolvido, pelo que confiam que este assunto irá ficar resolvido, pois é muito importante para a nossa região. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da referida Moção, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5996 (cinco mil novecentos e noventa e seis) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro). --

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia passou à leitura do ponto seguinte. -----

----- c) RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL A 30 DE SETEMBRO DE 2024, NOS TERMOS DO ARTIGO 29.º, DA LEI Nº 53/2014, DE 25/08, CONJUGADO COM O ANEXO I DO CONTRATO PAM 2ª REVISÃO EXTRAORDINÁRIA - PARA CONHECIMENTO -----

----- Interveio neste ponto, após lhe ter sido concedida a palavra pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**. Disse que este assunto vinha para conhecimento e que demonstrava a continuidade da melhoria da situação financeira do nosso Município, apesar de ainda haver alguns símbolos de cor amarela e também vermelha. Informou que no que diz respeito ao equilíbrio orçamental, este ano ainda não irá ser possível cumpri-lo, mas o mais importante era reduzir o endividamento e a meta que estava inscrita no novo Plano de Ajustamento Municipal garantindo que a irão cumprir. Referiu que estava muito bem demonstrada neste documento, a melhoria da situação financeira do Município. Realçou também a diminuição das despesas com o pessoal, pois conseguiram atenuar um pouco esse efeito que vinha a onerar também a massa salarial do Município, esclarecendo que isto se devia ao facto dos custos com a saúde dos trabalhadores terem passado para a ADSE. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as explicações do Senhor Presidente da Câmara, perguntando depois se alguém se pretendia inscrever neste ponto para intervir. Verificou-se a inscrição da Senhora Deputada Clara Alves. -----

----- Após lhe ter sido concedido o uso da palavra, pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, interveio a Senhora Deputada Municipal, **Clara Alves**. Disse que, apesar deste assunto ser apenas para conhecimento, gostava que ficasse espelhado aquilo que era a preocupação da sua bancada com o Plano de Ajustamento Municipal, porque os dados recentes mostram que têm uma gestão que comprometem, de alguma forma, as contas públicas e isso acabava por ter impacto na vida diária das pessoas que vivem em Alfândega da Fé. No que dizia respeito ao próprio Plano de Ajustamento Municipal viram que, efetivamente, a receita efetiva estava abaixo do previsto no Plano e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara qual era a estratégia para captarem receita. Disse depois que, do lado da despesa, a situação era igualmente

S.



R.

[Handwritten signatures]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

preocupante, pois havia várias medidas que não eram cumpridas e outras eram parcialmente executadas e para além disso, tinham um desvio que ultrapassava um ponto dois milhões de euros. Disse ainda que a redução do excesso de endividamento, que deveria ser uma prioridade, não estava a ser cumprida e, como já tinha sido mencionado, a dívida total relevante do Município estava um ponto seis milhões de euros acima do previsto, o que era uma bandeira vermelha que os deveria preocupar a todos, disse. A senhora Deputada Clara Alves disse ainda que o prazo médio de pagamentos também os preocupava, pois estava atualmente em cento e dezoito dias, o que significava que os fornecedores estavam à espera há meses e isso tem impacto e influência naquilo que é a nossa economia local. Continuando, no que diz respeito ao prazo para cumprimento, referiu que quem acabava por arcar com as consequências era o nosso pequeno comerciante, que não tem a sua fatura paga, era o jovem casal que estava à espera de melhorias nos equipamentos e elas não chegam e era também o empresário local, na medida em que perde a confiança no Município, porque o que estava ali comprovado era um atraso nos pagamentos. Por isso, a Senhora Deputada perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, por que razão o Município falhou no cumprimento das metas do PAM. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção da Senhora Deputada Municipal e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se pretendia intervir, tendo este respondido que sim. -----

----- Inteveio assim o Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, dizendo que a Senhora Deputada não devia ter visto o mesmo documento que ele viu e não podia vir ali dizer que não estão a cumprir as metas do Plano de Ajustamento Municipal, pois este plano está a executar-se, é dinâmico e têm um ano para o executar e, para além disso, estão a reduzir o endividamento e que vir ao palco dizer que não estão a reduzir o endividamento era porque não estavam a ler o mesmo documento. Remeteu para a página do documento onde diz que o endividamento foi reduzido em oitocentos mil euros, durante o corrente ano e que mesmo assim a meta é reduzir ainda mais. Informou que, para além dos oitocentos mil euros, já tinham pago a segunda prestação do mês de dezembro do Fundo de Apoio Municipal, que já tinha tido o cuidado de explicar e também a última prestação do empréstimo de curto prazo, que era uma mensalidade de cem mil euros. Frisou novamente que a Senhora Deputada não podia dizer que não estavam a cumprir o Programa de Ajustamento Municipal, que tem muitas medidas, vários compromissos que são para ir cumprindo ao longo do tempo e no que diz respeito à redução do endividamento, esse compromisso está a ser cumprido, disse. Quanto ao prazo médio de pagamento, no próximo relatório, que há de vir a esta Assembleia Municipal, irão ver uma melhoria significativa, porque o grosso da redução do pagamento da dívida a curto prazo, estava a ser concentrada no final do ano e por isso, irão melhorar nesse aspeto, dando depois uma palavra de confiança e de esperança, pois a situação irá melhorar ainda mais no próximo ano, como irão ver no Orçamento para o próximo ano, que vem nos pontos seguintes para ser aprovado. O Senhor Presidente da Câmara respondeu ainda à Senhora Deputada Clara Alves, que relativamente à receita efetiva, o Município tem um Plano onde a receita que está vertida neste plano, que tem uma duração de vários anos, pode ir oscilando, ao longo desses anos e obviamente que estas derrapagens que vão acontecendo, como é o caso do atraso das obras da Zona de Fruição Fluvial, da segunda fase da Zona Industrial, do Bloco Norte da Vilariça, porque tem que se pedir novos preços, novos pareceres, pelo facto de um concorrente ter desistido da adjudicação, claro que depois as obras não avançam e a receita que estava previsto entrar, já não entra. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia passou à leitura dos pontos seguintes tendo proposto ao Senhor Presidente da Câmara Municipal uma abordagem conjunta das alíneas d) e respetivas subalíneas, considerando a conexão dos temas. -----

----- **d) RELATÓRIO DE ATIVIDADES, ORÇAMENTO MUNICIPAL DE GOP'S PARA O ANO DE 2025 E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL 2025-2029. AUTORIZAÇÕES RELATIVAS À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL:** -----

----- **i. AUTORIZAÇÃO PARA A CÂMARA ASSUMIR COMPROMISSOS QUE RESULTEM ENCARGOS FINANCEIROS REPARTIDOS, POR VÁRIOS ANOS ECONÓMICOS, EM CONFORMIDADE COM AS OPÇÕES DO PLANO – PARA APROVAÇÃO;** -----

----- **ii. ORÇAMENTO E GOP'S PARA 2025 – PARA APROVAÇÃO;** -----

S.



R.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- iii. MONTANTES TOTAIS DAS RECEITAS E DESPESAS POR NATUREZA ECONÓMICA – PARA APROVAÇÃO; -----

----- iv. PARECER PRÉVIO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2025 (DOIS MIL E VINTE E CINCO), EMITIDO PELO FAM – FUNDO DE APOIO MUNICIPAL – COMPLEMENTO À ALÍNEA D); -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, **Eduardo Tavares**, e após ter aceite o desafio colocado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal no sentido de falar, em conjunto, sobre as subalíneas i), ii) e iii), começou por referir-se à subalínea i) dizendo que este assunto tem de acompanhar o Orçamento Municipal. Relativamente à subalínea ii), disse que esta proposta de Orçamento surgia num contexto muito mais favorável e positivo do que o tiveram nos últimos dois anos. Informou que pelo segundo ano consecutivo vão ter um aumento das transferências de Estado para as Autarquias e que isto muito se devia ao legado e às boas contas que o País tem tido nos últimos anos e caso esta melhoria continue, esta situação irá manter-se e será muito importante para o nosso Município, pois as transferências de Estado representam uma percentagem muito importante das suas receitas. Por isso, esclareceu que este orçamento será a segunda parte daquilo que iniciaram no ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), que é o total ajustamento das nossas finanças, a redução da nossa dívida a curto prazo para zero, que felizmente irão poder fazê-lo. Informou que se trata de um orçamento de dezoito, vírgula cinco milhões de euros, sendo que seis milhões de euros são para investimento. Continuando, disse que para além do cumprimento das metas do Programa de Ajustamento Municipal, este Orçamento tem também a responsabilidade de continuarem com o plano estratégico de investimentos, dentro daquilo que são as suas responsabilidades perante os nossos munícipes, os nossos jovens, as nossas empresas e as nossas principais atividades no sentido de continuar a dinamizar o nosso Concelho, também com os investimentos no regadio, que também estão propostos a continuar fazer, como o Bloco Norte da Vilarça, fechar a Barragem de Gebelim e iniciar o regadio de Vilarchão-Parada. Para além disso, disse que também querem melhorar as estradas do Concelho, criar zonas de lazer e desportivas, para as quais já estão a trabalhar em candidaturas, nomeadamente nas piscinas municipais e outras. Pretendem ainda acabar e retomar o investimento em equipamentos culturais, fecharem o investimento da Zona Industrial e este Orçamento prevê também um investimento importante, no âmbito da proteção civil, com a aquisição de uma máquina de rastos para o melhoramento dos nossos caminhos rurais e também para a prevenção de riscos de incêndios rurais. O Senhor Presidente da Câmara referiu ainda que o mês de janeiro será marcado com o arranque da nossa habitação social, pois os projetos de execução estavam a chegar ao Município e brevemente avançarão com este importante investimento. Disse que por todos estes motivos todos, é um orçamento municipal responsável, com investimento na maioria nas nossas freguesias e de redução do nosso endividamento. Disse que a continuarem nesta trajetória, o ano de 2026 (dois mil e vinte e seis) irá marcar a saída do excesso de endividamento do nosso Município, pois esta sempre foi a nossa ambição e prioridade e o trabalho de reforço das nossas receitas, vai contribuir muito para isso acontecer, nomeadamente dos impostos municipais, que não estavam vertidos neste documento, alertou, nem o IMI das barragens e das eólicas, que poderão vir a receber e também a Derrama que poderá ainda vir relativamente às eólicas, ou seja, serão receitas extraordinárias que poderão melhorar ainda mais a nossa situação financeira. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara informou que estarão ao lado das nossas freguesias, dos nossos presidentes de junta e das nossas equipas para continuarem a fazer trabalhos importantes, nomeadamente, no âmbito de candidaturas que estão a decorrer e outras que irão arrancar e, no próximo ano, todas as freguesias do Concelho irão ter investimento e candidaturas a serem executadas. Para além disso, irão continuar a apoiar as nossas coletividades, como associações e instituições culturais, regozijando-se pelo facto destas entidades terem vindo a adquirir uma nova dinâmica nos últimos anos, pois têm desenvolvido atividades novas pelo Concelho e obviamente que dentro daquilo que foram as suas possibilidades, querem apoiar estas coletividades. -----

----- Relativamente à subalínea iii) o Senhor Presidente da Câmara disse que este assunto também tem de acompanhar o Orçamento, bem como a subalínea iv) que tem a ver com o parecer do FAM que apesar de ser positivo, fazia uma série de alertas e recomendações que terão de cumprir, nomeadamente questões relativas à arrecadação de receita, cativação

S.



R.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

de receitas de capital que estão afetas a alguns projetos para que não sejam utilizadas noutro tipo de despesas. Entende que todas estas recomendações servem para os ajudar, no sentido de os responsabilizar para cumprir todas as recomendações, pois querem que as metas do novo Programa de Ajustamento Municipal sejam cumpridas. Por fim, o Senhor Presidente da Câmara disse que ficava ao dispor dos senhores deputados para o esclarecimento de dúvidas que eventualmente tenham. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as explicações do Senhor Presidente da Câmara e perguntou se alguém pretendia intervir em alguma das subalíneas, tendo-se verificado a inscrição do Senhor Deputado Daniel Martins. -----

----- Inteveio, do seu lugar, o Senhor Deputado **Daniel Martins**, dizendo que, relativamente ao Orçamento e, tendo em conta o parecer do FAM mencionado pelo Senhor Presidente da Câmara, apesar de ser um documento financeiro há valores que saltam à vista, sendo um deles a existência de uma discrepância entre aquilo que o PAM menciona como receitas previstas/correntes e aquilo que consta no Orçamento Municipal, pois são valores que diferenciam os três milhões de euros, disse. Referiu depois que um dos valores que contribuía para esta discrepância era o das taxas, multas e outras penalidades e ficaram sem perceber de onde vinha de facto o aumento destas receitas e de onde esperam ir buscar esse dinheiro. -----

----- Inteveio depois o Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, para responder, após autorização do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Disse que de facto era uma questão pertinente e que efetivamente existia essa discrepância e de facto no próximo Orçamento há uma diferença de cerca de três milhões de euros daquilo que são as receitas também pela via do investimento. Disse que num ponto desta ordem de trabalhos consta um assunto que é uma alteração modificativa ao Orçamento de 2024 (dois mil e vinte e quatro) porque vão descativar algumas verbas que tinham previsto executar durante este ano e, como não foram executadas, serão executadas no próximo ano. Relativamente às receitas, explicou que efetivamente o Município tem vindo a aumentar o número destas taxas, como era o caso das Taxas de Ocupação de subsolo na água, no gás, que serão aplicadas pela primeira vez em dois mil e vinte e cinco e obviamente que serão refletidas no Orçamento. Para além disso, disse que relativamente às taxas de subsolo das eólicas que a empresa não estava a pagar, todos os anos emitem a guia de receita, pois elas têm de constar no Orçamento. Explicou depois que esta empresa continua a não querer pagar, mas estas guias já foram enviadas para execuções fiscais para as Finanças e as empresas tiveram de apresentar uma garantia bancária para não pagar essas taxas. O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu as explicações do Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou as subalíneas i., ii. e iii. da alínea d) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, individualmente, nos termos e de acordo com o mencionado na proposta de Orçamento Municipal, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 6727 (seis mil setecentos e vinte e sete) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), o seguinte: -----

----- por **MAIORIA**, dos vinte e quatro membros presentes, com 19 (dezanove) votos a favor e 5 (cinco) abstenções dos Senhores Deputados Municipais, Daniel Martins, Mário Bebiano, Clara Alves, Ivanete Escobar e Carlos Almendra, aprovar a autorização para a Câmara assumir compromissos de que resultem encargos financeiros repartidos, por vários anos económicos, em conformidade com as opções do plano; -----

----- por **MAIORIA**, dos vinte e quatro membros presentes, com 20 (vinte) votos a favor e 4 (quatro) abstenções dos Senhores Deputados Municipais, Daniel Martins, Clara Alves, Ivanete Escobar e Carlos Almendra, aprovar o Orçamento e GOP's para 2025 (dois mil e vinte e cinco); -----

----- por **MAIORIA**, dos vinte e quatro membros presentes, com 18 (dezoito) votos a favor e 6 (seis) abstenções dos Senhores Deputados Municipais, Daniel Martins, Mário Bebiano, Clara Alves, Ivanete Escobar, Carlos Almendra e Pedro Bravo, aprovar os montantes totais das receitas e despesas por natureza económica. -----

----- A Assembleia Municipal **TOMOU CONHECIMENTO** da subalínea iv). -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu os trabalhos. -----

S.



R.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- e) AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS (PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ART.º 6 DA LEI Nº 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO, E DO ARTIGO º 12 DO DECRETO-LEI Nº 127/12, DE 21 DE JUNHO) – PARA APROVAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara para, caso o pretendesse, esclarecer este ponto. -----

----- Inteveio para explicar o Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, dizendo que este assunto vem sempre com o Orçamento Municipal e trata-se de uma assunção de compromissos plurianuais que não ultrapassem os cem mil euros e que no final do ano vem uma listagem com estes compromissos assumidos para conhecimento da Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as palavras do Senhor Presidente da Câmara e perguntou se alguém se pretendia inscrever para intervir neste ponto. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea e) do ponto três à votação, tendo sido deliberado por **UNANIMIDADE**, dos vinte e quatro membros presentes, aprovar a proposta de autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais para os efeitos previstos na alínea c) do art.º 6 da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro e do artº 12º do Decreto-Lei nº 127/12, de 21 de junho, nos termos e de acordo com a referida proposta, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 6723 (seis mil setecentos e vinte e três) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, passou para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

----- f) NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PARA 2025 – PARA APROVAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara para, caso o pretendesse, esclarecer este ponto -----

----- Inteveio para explicar, o Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, dizendo que se trata do cumprimento de um normativo legal, pois são as normas de execução que acompanham sempre o Orçamento Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as palavras do Senhor Presidente da Câmara e perguntou se alguém se pretendia inscrever para intervir neste ponto. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea f) do ponto três à votação, tendo sido deliberado por **UNANIMIDADE**, dos vinte e quatro membros presentes, aprovar as Normas de Execução do Orçamento para 2025 (dois mil e vinte e cinco), nos termos e de acordo com o mencionado no documento, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 6721 (seis mil setecentos e vinte e um) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, passou para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

----- g) AUTORIZAÇÃO PARA CONTRAIR EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO DURANTE O ANO DE 2025 - NOS TERMOS DO ARTIGO N.º 50 DA LEI N.º 73/2013 DE 3/9 – PARA APROVAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara para, caso o pretendesse, esclarecer este ponto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, usou da palavra para explicar que esta proposta de autorização vem sempre a acompanhar o Orçamento. Disse que este ano utilizaram esta premissa para ir à banca fazer o empréstimo de curto prazo de um vírgula dois milhões de euros, para o qual assumiram no ano anterior, aquando da apresentação do Orçamento, o compromisso de que o aumento das transferências de Estado seriam para pagar a dívida a curto prazo e depois ficariam a pagar as prestações deste empréstimo até ao final do ano e este ano, trazem novamente esta proposta com a mesma vontade, ou seja, com a responsabilidade que em dois mil e vinte e cinco, com o aumento das transferências de Estado que vão ter, utilizar essa verba para pagar toda a dívida a curto prazo e por isso, o que propõem é

S.



R.

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Diamantino'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

que este ponto seja aprovado, referente ao montante que poderá ir até um vírgula três milhões de euros, para poderem contrair este empréstimo logo no início do ano, para liquidarem toda a dívida que têm a curto prazo, que será liquidado até ao final do ano e por isso, maior responsabilidade do que esta não pode haver, disse. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, agradeceu as explicações proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara. Perguntou depois se algum membro da Assembleia Municipal pretendia inscrever-se para intervir, tendo-se verificado a inscrição da Senhora Deputada Municipal, Clara Alves. -----

----- Inteveio de seguida, a Senhora Deputada **Clara Alves**, começando por perguntar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal se havia algum problema técnico com a gravação desta sessão, tendo o Senhor Presidente informado que apenas não fica registada a imagem de quem está a intervir do seu lugar, mas o som fica. Após ter confirmado a questão, a Senhora Deputada Clara Alves continuou dizendo que pretendia abordar o tema do PAM. Disse que não deve ter havido nenhum engano no envio da documentação por parte dos serviços e que estariam a analisar o mesmo documento. Remeteu depois para a página 33 (trinta e três) do mesmo tendo depois lido a parte das conclusões. ---

----- Entretanto, a Senhora Deputada foi interrompida, pois o Senhor Presidente da União de Freguesias referiu que a sua intervenção estava a referir-se a um assunto que já tinha sido "encerrado". Contudo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que não podiam condicionar o conteúdo das intervenções, uma vez que qualquer um dos membros da Assembleia, quando está no uso da palavra, pode abordar os temas que pretender, na medida em que o sentido de voto do ponto que já foi tratado, não será alterado, pois já estava discutido e votado, no entanto, alertou a Senhora Deputada que deveria focar-se no ponto que estava a ser tratado. -----

----- Continuando, a Senhora Deputada Clara Alves disse que a sua intervenção também estava relacionada com o ponto que estava a ser tratado e, tendo em conta as explicações que o Senhor Presidente da Câmara deu a propósito do incumprimento do PAM, que no fundo estaria a ser uma situação controlada ou controlável, perguntou se estão perante uma questão de tesouraria que estava controlada, porque vai ser contraído um empréstimo desta natureza Perguntou ainda se não estariam a criar uma dependência do Município relativamente a estes empréstimos, deixando depois uma sugestão: Se a autorização for concedida, que seja depois apresentada a esta Assembleia Municipal uma justificação detalhada de cada utilização do montante autorizado, através do envio de relatórios sobre este assunto, e que seja assegurado que este empréstimo é exclusivamente utilizado para as necessidades urgentes e não para cobrir deficiências de planeamento ou não planeamento financeiro. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, agradeceu a intervenção da Senhora Deputada Clara Alves, tendo entretanto, concedido o uso da palavra ao Senhor Deputado Orlando que a solicitou. -----

----- Inteveio o Senhor Deputado **Orlando Borges**, dizendo que a sua intervenção se prendia com este ponto mas não só, pois não teve oportunidade de intervir anteriormente. Alegrou-se pelo facto de ver os membros da bancada do PSD preocupados com a dívida do Município, dando-lhes as boas-vindas. Disse depois que em 2009 (dois mil e nove), a situação não era assim, pois é uma questão de bom senso e que falar em prazos médios de pagamento e de redução de dívida, por um partido que deixou esta Câmara com vinte e três milhões de dívida e que agora está em treze milhões, há de facto uma redução efetiva. Depois disse que neste momento o prazo médio de pagamento está cento e dezoito dias mas, em dois mil e nove, o prazo era de novecentos dias. O Senhor Deputado Orlando Borges foi, entretanto, interrompido pela Senhora Deputada Clara Alves, tendo depois o Senhor Presidente da Assembleia Municipal alertado para o Senhor Deputado Orlando Borges se focar no ponto em questão, dizendo contudo, à Senhora Deputada Clara Alves que se abriu a exceção para ela, também poderia permitir a intervenção do Senhor Deputado Orlando. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales pediu para intervir, tendo o Senhor Presidente da Assembleia autorizado, pedindo-lhe que interviesse sobre este ponto. -----

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales, **Diamantino Mário Lopes**, usou da palavra para dizer que sobre esta alínea g), ouviu, das explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara, que a contração deste empréstimo era para pagar dívidas a fornecedores, portanto não havia ali nada a crescer à dívida global do Município, ou

S.



R.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

seja, tratava-se da transferência de uma dívida a fornecedores para uma dívida à banca e entende que mais vale dever à banca do que aos fornecedores. Para além disso, acrescentou que a Senhora Deputada Clara Alves, na sua intervenção, tinha feito referência ao facto de que devendo aos fornecedores estavam a pôr em causa o comércio local, mas desta forma está salvaguardado e muito bem. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da União de Freguesias, tendo depois concedido a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, que entretanto, a solicitou para dizer que a Senhora Deputada Clara Alves tinha levantado algumas questões, às quais pretendia responder. Relativamente ao que pediu na sua sugestão, explicou que são obrigados a fazê-lo pois decorre da lei que na contratação do empréstimo têm de enviar uma listagem dessas dívidas, porque este tipo de empréstimo é bastante rigoroso e ainda bem que o é, disse. Entretanto, quis reforçar o que o Senhor Professor Diamantino Mário Lopes tinha dito, ou seja, a Senhora Deputada Clara Alves tinha manifestado preocupação com a economia local e entende que essa preocupação não era genuína com o que tinha dito depois. Continuando, disse que folgou em saber que tinha visto melhor o relatório e antes da página 33 (trinta e três) vinha a página 30 (trinta) onde podia ver a dívida que tinham em um de janeiro de dois mil e vinte e quatro e a que têm em trinta de setembro de dois mil e vinte e quatro, estando por isso esclarecida. O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a explicação do Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea g) do ponto três à votação, tendo sido deliberado por **UNANIMIDADE**, dos vinte e quatro membros presentes, aprovar a autorização da Câmara Municipal a contrair, em 2025 (dois mil e vinte e cinco), um empréstimo de curto prazo, em modalidade de conta corrente, até ao montante máximo de 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil) euros de utilização, em conformidade com as consultas a efetuar à banca se se verificar necessário, nos termos e de acordo com o mencionado na proposta, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 6724 (seis mil setecentos e vinte e quatro) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, passou para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

----- h) LISTAGEM COM OS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA - PARA CONHECIMENTO -----

----- A Assembleia Municipal **TOMOU CONHECIMENTO** do teor da informação da Divisão Financeira, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 7082 (sete mil e oitenta e dois) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, passou para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

----- i) PROPOSTA DE MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2024 – 19.ª ALTERAÇÃO – 3.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA DO ORÇAMENTO MUNICIPAL E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2024 -2029 – PARA APROVAÇÃO -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, dizendo que esta Alteração previa essencialmente três medidas importantes. Relativamente à primeira, disse que irão inscrever o saldo de gerência que transitou de dois mil e vinte e três para dois mil e vinte e quatro, no valor de seiscentos e cinquenta e sete mil euros. A seguir, disse que na Lei do Orçamento de Estado para dois mil e vinte e quatro, estava previsto que relativamente às receitas das transferências de Estado, onde estão os impostos, nomeadamente o IVA, que é uma receita do Estado e que depois distribui uma percentagem pelos Municípios, estes poderiam afetar este valor em 50% (cinquenta por cento) de receita de capital em 50% (cinquenta por cento) de receita corrente. Informou que isto não tinha sido feito no ano passado, no nosso Orçamento, pois foi tudo considerado na receita corrente e a Divisão Financeira entendeu fazer agora essa correção, cumprindo o que está na Lei do Orçamento de Estado. Relativamente à terceira medida importante, o Senhor Presidente da Câmara explicou que pretendem fazer uma descapitação de valores de obras financiadas que não tinham

S.



R.

S
D. Gomes

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

sido executadas pelos motivos que já todos tinham conhecimento, nomeadamente a obra do Bloco Norte, a Zona Industrial e a Zona de Fruição Fluvial do Santo Antão da Barca. Serão cerca de um vírgula cinco milhões de euros que irão diminuir, provocando assim uma melhoria no desempenho. -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea i) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por, **UNANIMIDADE**, dos vinte e quatro membros presentes, aprovar a Proposta de 19.ª Alteração - 3ª Alteração orçamental modificativa ao Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano para 2024-2029, (dois mil e vinte e quatro – dois mil e vinte e nove) conforme consta na informação da Divisão Financeira, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 7069 (sete mil e sessenta e nove) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, passou para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

----- j) REGULAMENTO INTERNO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS E ESTRUTURA ORGÂNICA 2025 – PARA APROVAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se pretendia fazer uma explicação deste assunto, tendo este por sua vez, pedido autorização para falar desta alínea e da seguinte, uma vez que estavam interligadas, a qual foi concedida. -----

----- Na sua intervenção, o Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, informou que os ajustamentos e as alterações eram relativamente pequenos. No que dizia respeito ao Regulamento Interno, o que estava em causa era a diminuição do número de secções, designadamente o que consta no artigo 7º, devido ao facto de alguns funcionários terem ido para a reforma. Entretanto, também informou que vão criar o Gabinete de Proteção Civil e também vai ser alterada uma Secção, ou seja, em vez de se designar Secção, vai passar a designar-se Setor, porque não tinha nenhum Coordenador nessa Secção. Quanto ao Mapa de Pessoal, o Senhor Presidente da Câmara informou que estes ajustamentos serão vertidos no Mapa. Disse depois que nesta proposta irá haver seis alterações, ou seja, seis postos de trabalho relacionados com mobilidades internas, regresso de trabalhadores que estavam em licença sem vencimento e também a criação do Gabinete de Proteção Civil, com a criação do lugar de Coordenador Municipal de Proteção Civil. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as explicações do Senhor Presidente da Câmara e perguntou se algum membro desta Assembleia pretendia inscrever-se para intervir. O Senhor Deputado Carlos Alendouro interveio dizendo que não poderá votar na alínea k), por motivo de conflito de interesses, tendo sido aceite. -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea j) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por, **UNANIMIDADE**, dos vinte e quatro membros presentes, aprovar o Regulamento Interno dos Serviços Municipais e Estrutura Orgânica para o ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), anexo à informação da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, registada na aplicação do Atendimento e Expediente, da Medidata, sob o nº 6893 (seis mil oitocentos e noventa e três) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----

----- k) PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ PARA O ANO DE 2025 - PARA APROVAÇÃO -----

----- A explicação deste ponto consta na alínea anterior, uma vez que o Senhor Presidente da Assembleia autorizou o Senhor Presidente da Câmara a intervir nos dois pontos nessa alínea, pelo facto de estarem interligados. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea k), do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e três membros presentes, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), anexo à informação da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, datada de 22-11-2024, registada na aplicação do Atendimento e Expediente, da Medidata, sob o nº 6891 (seis mil oitocentos e noventa e um) do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), nos termos dos artigos 28.º e 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação e alínea o) do n.º1 do art.º 25º da Lei n. 75/2013, de 12 de Setembro. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Não participou, na discussão e votação deste assunto, o Senhor Deputado Municipal, Carlos Alendouro, por ter declarado e sido aceite o seu impedimento, nos termos do previsto no art. 69º nº 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que nele tem interesse. -----

Período de Intervenção do Público (artº 22º e 41º do Regimento)

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém se pretendia inscrever neste ponto para intervir. Não se verificaram inscrições para intervir. -----

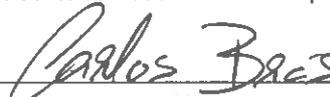
----- Por fim, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, deu por concluída a ordem de trabalhos desta sessão da Assembleia Municipal. Depois passou a palavra à senhora primeira secretária, **Carla Franco**, que procedeu, de imediato, à leitura da minuta da ata e no final desejou a todos os presentes um Feliz Natal e um ano de dois mil e vinte e cinco com muitas concretizações. -----

----- Colocada a votação a minuta da ata, foi a mesma aprovada, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e quatro deputados presentes, passando todos os pontos da ordem de trabalhos, a produzir efeitos de imediato. -----

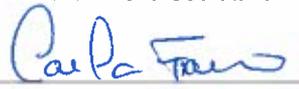
----- Para finalizar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, desejou a todos os presentes um Feliz Natal e um próspero dois mil e vinte e cinco, com saúde, paz e sucesso profissional e pessoal. Agradeceu depois a todos pela presença. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas dezanove horas e dezoito minutos, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,


(Carlos Alberto Silva Brás)

A Primeira Secretária

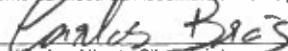

(Carla Maria Bravo Franco)

A Segunda Secretária


(Domitila de Fátima Morais Branco)

Ata aprovada, por unanimidade dos presentes, na sessão da Assembleia Municipal de 22/02/2025

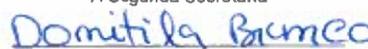
O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,


(Carlos Alberto Silva Brás)

A Primeira Secretária


(Carla Maria Bravo Franco)

A Segunda Secretária


(Domitila de Fátima Morais Branco)

